

## SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> – PROF. ERASMO VALLADÃO AZEVEDO E NOVAES FRANÇA ..	11
<i>Introdução</i>	
1. <i>Colocação e delimitação do tempo</i> .....	13

---

### Parte I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES e DIREITO REAL

---

#### *Capítulo I* – NOÇÕES GERAIS

##### SOBRE GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES

#### 2. *O crédito e suas garantias*

2.1 <i>A crescente importância do crédito</i> .....	21
---	----

2.2 <i>Crédito com garantia e sem garantia</i> .....	22
--	----

#### 3. *Garantia do crédito*

3.1 <i>Concessão de garantia nos países em desenvolvimento</i> .....	25
--	----

3.2 <i>Garantia e responsabilidade patrimonial</i> .....	27
--	----

#### *Capítulo II* – SOBRE O CONCEITO DE DIREITO REAL

4. <i>Doutrina clássica ou realista</i> .....	33
---	----

5. <i>Idem: crítica</i> .....	36
-------------------------------	----

6. <i>Teoria personalista</i> .....	40
-------------------------------------	----



<b>7. Segue: objeções</b> .....	43
<b>8. Por uma concepção mais abrangente</b> .....	44

### Capítulo III – OS DIREITOS REAIS E OS DIREITOS DE CRÉDITO: CONFRONTO

<b>9. Eficácia absoluta dos direitos reais e eficácia relativa dos direitos obrigacionais</b> .....	49
<b>10. Direito de seqüela e direito de preferência como consequência da eficácia absoluta dos direitos reais</b> .....	52
<b>11. A obrigação como uma relação de cooperação e o direito real como o poder direto e imediato sobre a coisa</b> .....	54
<b>12. Tipicidade dos direitos reais e atipicidade dos direitos de crédito</b> .....	56

### Capítulo IV – SOBRE O DIREITO REAL DE GARANTIA

<b>13. Direitos reais de garantia – Noções fundamentais</b>	
13.1 Elasticidade do direito de propriedade, propriedade limitada e direito real limitado .....	61
13.2 Conceito e evolução do direito real de garantia .....	64
13.3 Pontos relevantes acerca da relação jurídica do direito real de garantia .....	70
<b>14. Hipóteses de vencimento antecipado dos direitos reais de garantia</b> .....	71
14.1 Deterioração, depreciação e insolvência .....	73
14.2 Segue: impontualidade, perecimento e desapropriação ...	75
<b>15. Natureza jurídica dos direitos reais de garantia</b> .....	79
<b>16. Distinção entre os direitos reais de garantia e os privilégios</b> .....	82

### Capítulo V – NOÇÕES GERAIS SOBRE O PENHOR

<b>17. Dados históricos</b> .....	85
<b>18. Noção etimológica de penhor</b> .....	90
<b>19. As diversas acepções do vocábulo penhor</b> .....	91
<b>20. Necessidade de distinção entre penhor como direito real e penhor como negócio jurídico de direito das coisas</b> .....	92



## Parte II – CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES

### Capítulo VI – NATUREZA JURÍDICA

#### DO CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES

21. <i>O problema da separação dos planos para o estudo do penhor</i> .....	97
22. <i>Natureza jurídica do contrato de penhor</i> .....	99
23. <i>Registro constitutivo ou não-constitutivo?</i> .....	105
24. <i>O caráter acessório do contrato de penhor de ações</i> .....	110

### Capítulo VII – REQUISITOS SUBJETIVOS, OBJETIVOS E FORMAIS

#### DO CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES

25. <i>Os requisitos de validade do contrato de penhor de ações</i> .....	113
26. <i>Requisitos subjetivos de validade do contrato de penhor de ações</i>	
26.1 <i>Capacidade e legitimação das partes</i> .....	115
27. <i>Requisitos objetivos de validade do contrato de penhor de ações</i>	
27.1 <i>Considerações introdutórias: ação como objeto do contrato de penhor de ações</i> .....	117
27.2 <i>Idem: natureza jurídica da participação social</i> .....	121
27.3 <i>Requisitos objetivos propriamente ditos</i> .....	126
27.4 <i>Penhor de ações não integralizadas</i> .....	127
27.5 <i>A companhia não pode receber em garantia suas próprias ações</i> .....	127
28. <i>Requisitos formais de validade do contrato de penhor de ações</i> .....	131

### Capítulo VIII – CONTEÚDO, EFEITO, CESSÃO E EXTINÇÃO

#### DO CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES

29. <i>Conteúdo do contrato de penhor de ações</i> .....	133
30. <i>Efeito do contrato de penhor de ações</i> .....	138
31. <i>Cessão e extinção do contrato de penhor de ações</i> .....	139



---

**Parte III – PENHOR INCIDENTE SOBRE AS AÇÕES**


---

**Capítulo IX – NATUREZA JURÍDICA DO PENHOR DE AÇÕES**

<b>32. Natureza jurídica do penhor de ações</b> .....	143
<b>33. Natureza real do penhor</b> .....	144
<b>34. O caráter acessório do penhor</b> .....	146
<b>35. Indivisibilidade</b> .....	149

**Capítulo X – O PENHOR DE AÇÕES****ANTES DO VENCIMENTO DA DÍVIDA**

<b>36. A constituição do penhor de ações</b> .....	151
<b>37. Limites ao exercício dos direitos do acionista em caso de penhor de ações</b>	
<b>37.1 Considerações introdutórias</b> .....	153
<b>38. Exercício dos direitos sociais das ações empenhadas no direito comparado</b>	
<b>38.1 A experiência italiana</b> .....	156
<b>38.2 A experiência espanhola</b> .....	162
<b>38.3 A experiência francesa</b> .....	163
<b>38.4 A experiência alemã</b> .....	164
<b>38.5 A experiência inglesa</b> .....	164
<b>39. Exercício dos direitos sociais das ações empenhadas no direito brasileiro</b> .....	166
<b>40. A opção do Decreto-lei 2.627/1940. Fundamentação</b> .....	167
<b>41. A opção da Lei 6.404/1976. Fundamentação</b> .....	170
<b>42. Interesses envolvidos na constituição do penhor de ações</b> .....	171
<b>43. Poder de controle externo</b> .....	176
<b>44. Pode o credor pignoratício ser procurador do acionista?</b> .....	182
<b>45. O credor pignoratício como autor de ação de anulação de deliberação assemblear</b> .....	186
<b>46. O pagamento dos dividendos relativos às ações empenhadas</b> ...	187



**Capítulo XI – O PENHOR DE AÇÕES DIANTE DO ADIMPLEMENTO TEMPESTIVO DO DÉBITO GARANTIDO**

**47. O cumprimento da obrigação garantida e o penhor de ações ..** 193

**Capítulo XII – O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO GARANTIDA E O PENHOR DE AÇÕES**

**48. Considerações introdutórias: pacto comissório – Conceito e perspectiva evolutiva .....** 195

**49. Alternativas à proibição do pacto comissório. O chamado Pacto Marciano .....** 199

**50. O “step in rights” do direito anglo-saxão e a alternativa do usufruto condicional .....** 200

**51. O inadimplemento da obrigação principal e sua execução ..** 206

**Capítulo XIII – A EXTINÇÃO DO PENHOR DE AÇÕES**

**52. A aplicação do art. 1.436 do Código Civil ao penhor de ações .....** 211

**53. Análise sucinta dos casos do art. 1.436 .....** 212

**54. A extinção do penhor de ações e o cancelamento do registro .....** 212

**Capítulo XIV – CONCLUSÃO**

**55. Síntese e perspectiva .....** 213

**Bibliografia.....** 215

